

SIG N. 06.2018.00001324-3

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, representado, neste ato, pelo Promotora de Justiça Karen Damian Pacheco Pinto, e o Município de Cunha Porã, doravante denominado como COMPROMISSÁRIO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob n. 83.021.147/0001-95, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Jairo Rivelino Ebeling, com fulcro no artigo 5º, §6º, da Lei n. 7.347/85 e artigo 89 da Lei Complementar Estadual 197/2000 e

CONSIDERANDO a legitimidade do Ministério Público para a defesa dos interesses metaindividuais prevista no art. 129, inciso III, da Constituição Federal e art. 5º, *caput*, da Lei n. 7.347, de 24 de julho de 1985;

CONSIDERANDO que o art. 129, inciso II, da Constituição Federal determina competir ao Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal;

CONSIDERANDO que o Ministério Público, pelo disposto no art. 129, inciso III, da Constituição Federal e no art. 26, inciso I, da Lei n. 8.625/93 (LONMP) possui, dentre suas atribuições, a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis, sendo encarregado de promover o Inquérito Civil, o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta ou, se necessário, a Ação Civil Pública para a proteção da Moralidade Administrativa e de outros interesses difusos e coletivos;

CONSIDERANDO que a assistência social é direito público subjetivo assegurado pela Constituição da República, concretizado pela Lei Orgânica da Assistência Social (Lei n. 8.742/93) e consolidado pelas Resoluções do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, destinado a prover o mínimo existencial, materializando, por consectário, o princípio da dignidade da pessoa humana – um dos fundamentos da República Federativa do Brasil;

CONSIDERANDO que as ações ofertadas no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) – regulamentado pela Lei n. 8.742/93 e integrado pelos entes federativos, pelos respectivos conselhos de assistência social e pelas entidades e organizações de assistência social – “têm por objetivo a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice e, como base de organização, o território” (art. 6º, §1º, da Lei);

CONSIDERANDO que a assistência social rege-se pelos princípios da “universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas” (art. 4º, II, da Lei n. 8.742/93) e da “igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais” (art. 4º, IV, da Lei n. 8.742/93);

CONSIDERANDO que o Ministério Público tem a obrigação de fiscalizar a efetiva implementação e operacionalização do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), uma vez que lhe cabe zelar pelo efetivo respeito aos direitos estabelecidos na Lei Orgânica de Assistência Social, nos termos do art. 31 da Lei n. 8.742/93;

CONSIDERANDO que, de acordo com o art.6º-A da Lei Orgânica da Assistência Social (Lei n. 8.742/1993), a proteção social no âmbito da Política de Assistência Social é organizada em dois tipos de proteção social: Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE);

CONSIDERANDO que, à luz do artigo 6º-B da supracitada lei, as proteções sociais básica e especial serão ofertadas pela rede socioassistencial, de

forma integrada, diretamente pelos entes públicos e/ou pelas entidades e organizações de assistência social vinculadas ao Suas, respeitadas as especificidades de cada ação;

CONSIDERANDO que, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 6º da Lei 8.742/93, o Cras é a unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias;

CONSIDERANDO que, nos termos do parágrafo segundo, o Creas é a unidade pública de abrangência e gestão municipal, estadual ou regional, destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial;

CONSIDERANDO que, em relação aos municípios de pequeno porte, assim considerados aqueles que possuem até 20.000 habitantes, a cobertura de atendimento deve ocorrer por meio de CREAS regional ou pela implantação de um CREAS municipal, quando a demanda local justificar¹;

CONSIDERANDO que não ainda não foram implementados os CREAS Regionais no Estado de Santa Catarina e que não há previsão concreta para que isso ocorra a curto prazo;

CONSIDERANDO que a NOB-RH/SUAS prevê os princípios e diretrizes para a gestão do trabalho no SUAS, inclusive quantidades mínimas de profissionais de equipes de referência;

CONSIDERANDO que a NOB-RH/SUAS dispõe que Equipes de

¹ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Perguntas e Respostas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social CREAS. Brasília, 2011. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/cartilhas/perguntasrespostascreas.Pdf>. Acesso em 10 jul 2018.

Referência “são aquelas constituídas por servidores efetivos responsáveis pela organização e oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e especial, levando-se em consideração o número de famílias e indivíduos referenciados, o tipo de atendimento e as aquisições que devem ser garantidas aos usuários”;

CONSIDERANDO que os municípios têm responsabilidade preponderante na estruturação e funcionamento dos serviços de proteção social básica e especial do Sistema Único de Assistência Social, restando aos Estados e à União, em regra, uma atuação meramente fiscalizatória e subsidiária;

CONSIDERANDO que, nos termos da Informação Técnica GEPSE n. 004/2019, da Secretaria Estadual de Assistência Social, os municípios que não possuem CREAS devem atender as demandas de Média Complexidade com uma equipe de proteção especial alocada na gestão da Secretaria Municipal de Assistência Social;

CONSIDERANDO que, ainda nos termos da supracitada Informação Técnica, a equipe que atuar na Média Complexidade não deve se confundir com a equipe do CRAS ou de gestão do SUAS a nível municipal, bem como deverá contar, no mínimo, com um profissional do serviço social e um profissional de psicologia;

CONSIDERANDO que a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOBH/RH-SUAS) estabelece que a equipe mínima do CRAS será formada por dois técnicos de nível superior, sendo um profissional assistente social e outro preferencialmente psicólogo, dois técnicos de nível médio e um coordenador;

CONSIDERANDO que o vínculo de trabalho dos profissionais, decorrente da aprovação em concurso público, como indica a NOB-RH/SUAS, garante a oferta contínua e ininterrupta dos serviços, fortalece o papel dos trabalhadores na relação com os usuários, consolida a equipe como referência no território e favorece a construção de vínculo;

CONSIDERANDO que, conforme se apurou no Inquérito Civil n.

06.2018.00001324-3, no município de Cunha Porã há apenas CRAS, o qual conta, atualmente, com dois técnicos de nível médio e quatro técnicos de nível superior, estes assim consignados: uma psicóloga, com carga horária de vinte horas semanais, e uma assistente social, com carga horária de 40 horas semanais, um pedagogo e um educador físico;

CONSIDERANDO que não há coordenador estabelecido na equipe do CRAS do município de Cunha Porã e tampouco há equipe específica destinada à média complexidade;

CONSIDERANDO que, conforme previsto na Resolução da Comissão Intergestores Tripartite Nº 06 de 01 de julho de 2008, não é permitido que o CRAS seja implantado em associações comunitárias e ONG's e que, de igual forma, não é admitido o compartilhamento de espaço físico do CRAS com estruturas administrativas, tais como secretarias municipais de assistência social ou outras secretarias municipais e/ou estaduais, prefeituras, subprefeituras, entre outras;

RESOLVEM celebrar o presente Compromisso de Ajustamento de Conduta, com fundamento no art. 37 da Constituição Federal, art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347, de 24 de julho de 1995 (Lei da Ação Civil Pública), arts. 84 e seguintes da Lei Complementar Estadual n. 197, de 13 de julho de 2001 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Santa Catarina), de acordo com as cláusulas e condições a seguir dispostas:

I – DAS OBRIGAÇÕES

Cláusula 1ª: O **COMPROMISSÁRIO** compromete-se a, no prazo de seis meses, compor e manter uma equipe profissional *de Proteção Social Especial na Gestão*, prevista na Informação Técnica GEPSE n. 004/2019 da Secretaria Estadual e Assistência Social, destinada a executar exclusivamente os serviços de "Proteção Social Especial", que, em regra, devem ser prestados por um CREAS Municipal;

Cláusula 2ª O **COMPROMISSÁRIO** compromete-se a não utilizar

os profissionais da equipe *de Proteção Social Especial na Gestão* para quaisquer outras atividades públicas senão aquelas voltadas à "Proteção Social Especial", sendo vedado que cumulem tarefas no órgão de Proteção Social Básica (CRAS) ou na equipe de gestão do SUAS (Secretaria Municipal de Assistência Social), conforme esclarece a Informação Técnica GEPSE n. 004/2019 da Secretaria Estadual e Assistência Social;

Cláusula 3ª: O **COMPROMISSÁRIO** compromete-se a compor a equipe indicada nas cláusulas 1ª e 2ª com, no mínimo, os seguintes profissionais: 1 (um) assistente social, devidamente registrado na sua respectiva entidade de classe, preferencialmente com carga de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, que seja servidor público com cargo de provimento efetivo; 1 (um) psicólogo, devidamente registrado na sua respectiva entidade de classe, com carga mínima de 20 (vinte) horas semanais de trabalho, que seja servidor público com cargo de provimento efetivo; e 1 (um) técnico de nível médio, que seja servidor público com cargo de provimento efetivo;

Parágrafo 1º: Visando à constituição da equipe, o **COMPROMISSÁRIO** compromete-se a, no prazo de seis meses², efetuar a contratação dos profissionais "assistente social" e "psicólogo", nos termos acima indicados, por meio de concurso público de provimento de cargo efetivo, ou, no mesmo prazo acima disposto, utilizar-se, para a formação da equipe em questão, de servidores públicos efetivos com a mesma formação que já atuem na administração pública municipal, desde que estes não cumulem funções no CRAS e na equipe de gestão do SUAS;

Parágrafo 2º: Visando à constituição da equipe, o **COMPROMISSÁRIO** compromete-se a, no prazo de seis meses³, efetuar a contratação do profissional "técnico de nível médio", por

² Salvo impedimento legal e justificado quanto à contratação no aludido prazo, hipótese em que o referido lapso temporal será elástico por mais seis meses.

³ Salvo impedimento legal e justificado quanto à contratação no aludido prazo, hipótese em que o referido lapso temporal será elástico por mais seis meses.

meio de concurso público de provimento de cargo efetivo, ou, no mesmo prazo, utilizar-se, para tanto, de servidor público efetivo com a mesma formação que já atue na administração pública municipal,

Cláusula 4ª O Município de Cunha Porã compromete-se a manter constituída a equipe mínima de Proteção Social Básica (CRAS) conforme as normas previstas na NOB-RH/SUAS, que determina que, para até 2.500 famílias referenciadas, o CRAS deverá ser constituído por 1 (um) psicólogo, 1 (um) assistente social, 2 (dois) técnicos de nível médio e 1 (um) coordenador de nível superior;

Parágrafo 1º: Visando à regularização da equipe atualmente constituída, o Município de Cunha Porã compromete-se a, no prazo de seis meses⁴, efetuar a contratação de um servidor de nível superior destinado a exercer a coordenação do CRAS;

Parágrafo 2º: Até que ocorra a contratação referida no parágrafo 1º, o Município de Cunha Porã compromete-se a, no prazo de um mês, atribuir função de gratificação a servidor de cargo superior já atuante no CRAS para o exercício de tal encargo, função esta que será extinta quanto da contratação do coordenador(a);

Cláusula 5ª O **COMPROMISSÁRIO** compromete-se a não utilizar os profissionais do CRAS Municipal para quaisquer outras atividades públicas senão aquelas voltadas à "Proteção Social Básica", sendo vedado que cumulem tarefas na equipe de Proteção Social Especial (*equipe de Proteção Social Especial na Gestão*) ou na equipe de gestão do SUAS (Secretaria Municipal de Assistência Social);

Cláusula 6ª: O Centro de Referência de Assistência Social Municipal (CRAS) não deve compartilhar seu espaço físico com ONGs, demais órgãos de defesa de direitos, unidades prestadoras de Serviços de Acolhimento, ou órgãos administrativos, tais como secretarias municipais de assistência social ou

⁴ Salvo impedimento legal e justificado quanto à contratação no aludido prazo, hipótese em que o referido lapso temporal será elástico por mais seis meses.

outras secretarias municipais e/ou estaduais, prefeituras, subprefeituras, administrações regionais, entre outras, de forma a não ser confundido com o local em que se desenvolvem as atividades de gestão da política de assistência social.

II - DA MULTA E EXECUÇÃO

Cláusula 7ª: O descumprimento de qualquer das cláusulas previstas acima implicará:

a) notificação de advertência, com prazo de 48 horas para regularização, sob pena de imediata propositura das medidas judiciais cabíveis para sua execução, e/ou anulação dos atos praticados com violação do presente ajuste ou de outras disposições legais;

b) incidência de multa diária no valor de R\$ 1.000,00, por cláusula descumprida, a ser recolhida ao Fundo Municipal da Infância e Adolescência de Cunha Porã, criado pela Lei Municipal n. 2.797, de 19 de novembro de 2018, por cujo pagamento o Chefe do Poder Executivo Municipal fica pessoalmente responsável;

Cláusula 8ª: Os valores da multa definida no item 1.2 do parágrafo primeiro da cláusula 7ª serão reajustados mensalmente segundo o IPCA ou outro índice inflacionário que vier a substituí-lo e, em caso de atraso no pagamento, os importes ficarão sujeitos à correção pelo IPCA e juros de mora de 1% ao mês.

Cláusula 9ª: O pagamento da multa fixada não importa prejuízo ao ajuizamento de ação executiva específica para exigir o fiel cumprimento, a tempo e modo, das obrigações ora pactuadas;

Cláusula 10ª: O compromissário fica, ainda, ciente de que se deixar de cumprir as disposições do presente TAC, o qual apenas objetiva o adequado cumprimento das normas e resoluções acima indicadas, incorrerá, no mínimo, na prática do ato de improbidade administrativa previsto no art. 11, *caput*, e inciso I, da

Lei n. 8.429/92;

III - DA VIGÊNCIA E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 11ª: O Ministério Público compromete-se a não adotar qualquer medida judicial de cunho civil contra o COMPROMISSÁRIO no que diz respeito aos itens acordados, caso o ajustamento de conduta seja integralmente cumprido durante os prazos estipulados, sem prejuízo da adoção de novas medidas caso se verifique a insuficiência futura das cláusulas ora acordadas.

Cláusula 12ª: Fica eleito o foro da Comarca de Cunha Porã-SC para dirimir qualquer divergência quanto a este termo.

Cláusula 13ª O presente ajuste entrará em vigor na data de sua assinatura.

Assim, por acharem justo e acertado, firmam as partes o presente Termo de Compromisso, em 2 (duas) vias de igual teor (uma para cada firmatário), que terá eficácia de título executivo extrajudicial, na forma do artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85.

Cunha Porã/SC, 22 de julho de 2020..

[assinado digitalmente]

KAREN DAMIAN PACHECO PINTO

Promotora de Justiça

Jairo Rivelino Ebeling

Município de Cunha Porã

Dra. Micheli A. Secchi Schenkel

Assessora Jurídica